

PLANEJAMENTO E INFORMAÇÃO

A Bahia sempre esteve à frente na adoção de novas práticas e conceitos do processo de planejamento governamental. O Governo do Estado investe e valoriza as atividades de planejamento, consciente da sua importância para o estabelecimento das diretrizes, objetivos e metas que orientarão a ação governamental, bem como para assegurar a eficácia, eficiência e efetividade na implementação das ações programadas.

Por outro lado, fica cada vez mais evidente que, entre os fatores indutores do desenvolvimento, incluem-se a boa governança, a modernização das práticas de gestão pública e a criação de um ambiente capaz de estimular a decisão de investir. Nesse sentido, a coleta, tratamento e divulgação de informações, a elaboração de estudos e pesquisas, a elaboração de políticas, programas e projetos nas dimensões social, econômica, espacial e ambiental passam a ser elementos estruturantes para a atração de novos investimentos e para a criação das condições para o crescimento sustentável do Estado.

Em 2004, entre as ações que se destacam, nesse segmento, estão os esforços voltados à adoção de metodologias e instrumentos de monitoramento e avaliação das ações de governo, ao fortalecimento das instâncias regionais de planejamento e à construção de instrumentos de incentivo à boa gestão municipal.

ESTUDOS, PROJETOS E PESQUISAS SOCIOECONÔMICAS E AMBIENTAIS

Com a finalidade de subsidiar ações de planejamento e estudos acadêmicos para a formulação de políticas públicas, a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI, órgão vinculado à Secretaria do Planejamento – SEPLAN, oferece, de forma detalhada, um panorama da realidade do Estado e de seus 417 municípios, elaborado através de pesquisas, coletas críticas, tratamento e análise de dados.

Essas informações encontram-se disponíveis através do site www.sei.ba.gov.br e de cerca de 50 publicações editadas anualmente pela SEI, entre as quais destacam-se o Anuário Estatístico da Bahia; a revista Conjuntura e Planejamento; a Estatística dos Municípios Baianos; a revista Bahia: Análise e Dados; a série Estudos e Pesquisas e a revista Bahia Invest.

No ano de 2004, novos temas foram abordados nas publicações e estudos realizados pela SEI, conforme discriminação no Quadro 1.



Publicações SEI

QUADRO 1

SEI – PUBLICAÇÕES E ESTUDOS
BAHIA, 2004

PUBLICAÇÕES/ESTUDO	CONTEÚDO
Serviços Estratégicos na Região Metropolitana de Salvador	Fomenta o debate sobre a importância dos serviços estratégicos para a inserção da Bahia na chamada nova economia, mediante a publicação de artigos.
Tecnologia da Informação e Gestão Pública	Divulga experiências de êxito na aplicação da Tecnologia da Informação nas diferentes esferas públicas brasileiras.
Mapeamento da Pobreza na Bahia (CD-ROM)	Identifica e quantifica os indicadores socioeconômicos dos 38 principais centros urbanos do Estado, sendo uma ferramenta de fácil consulta, que se utiliza de mapas georreferenciados das sedes municipais, apresentando um mapeamento da pobreza na Bahia.
Agro Baiano	Analisa os diversos aspectos da agricultura, da pecuária e do agronegócio na Bahia, enfocando as transformações na agropecuária do Estado, as cadeias agroindustriais e questões relacionadas ao desenvolvimento rural.
Análise Territorial da Bahia Rural	Trata-se de um estudo dos territórios rurais do Estado, objetivando identificar, caracterizar e classificar projetos que apontem alternativas sustentáveis para o desenvolvimento dos referidos territórios.
Recentes Transformações do Rural Baiano	Analisa a evolução da ocupação e da composição da renda no meio rural baiano, com base em estudos desenvolvidos nos municípios de Ilhéus, Irecê e Barreiras.
Empreendimentos Solidários na RMS e no Litoral Norte da Bahia	Pesquisa voltada para identificar, na Região Metropolitana de Salvador e no Litoral Norte, os empreendimentos na área da economia solidária.
Desigualdades Regionais	Retoma o debate sobre as desigualdades regionais, abordando aspectos teóricos e conceituais sobre as formas e consequências desse problema.
Direitos Humanos	Aborda os indicadores de direitos humanos na Bahia, com estudos e comentários de especialistas quanto aos aspectos filosóficos e jurídicos.
Retrospectiva 2004 e Perspectivas	Analisa o desenvolvimento regional, com foco em temas como a nova política industrial, a importância dos arranjos produtivos e o papel do planejamento estatal para o desenvolvimento regional.
Análise do PIB Estadual no Período 1994–2003	Edição especial comemorativa dos dez anos da publicação "Conjuntura & Planejamento".
PIB Trimestral da Bahia	Apresenta uma metodologia de cálculo que respeita os conceitos estabelecidos pelas Nações Unidas e atende aos métodos atualmente utilizados pelo IBGE no PIB trimestral brasileiro.
Pesquisa de Emprego e Desemprego na RMS	Divulgação mensal, ou períodos maiores, de indicadores sobre a condição de atividade da população de dez anos e mais e as características dos tipos de postos de trabalho e rendimentos gerados.
Índice de Preços ao Consumidor	Tem como abrangência geográfica a cidade de Salvador, e a população-objetivo é constituída por famílias com renda de um a quarenta salários mínimos.
Índice de Qualidade da Gestão Municipal	Avalia a atuação do gestor municipal na promoção de melhorias na vida do cidadão – com ênfase nas áreas de educação e saúde (Gestão Social) – e em realizar sua função tributária (Gestão Fiscal).

Continua

conclusão Quadro 1

PUBLICAÇÕES/ESTUDO	CONTEÚDO
Georreferenciamento do Extremo Sul	Implantação do Sistema de Informações Geográficas, agregando informações cartográficas, geográficas, socioeconômicas e ambientais para a área piloto do Extremo Sul.
Indicadores do Mercado de Trabalho	Sistematização e divulgação mensal dos indicadores de mercado de trabalho formal na Bahia, com base nos dados do Ministério do Trabalho e Emprego para todos os municípios baianos com população superior a 50 mil habitantes.
Indústria de Bens Finais na Bahia	Pesquisa de identificação das empresas baianas direcionadas à produção de bens finais, focalizando as características das indústrias, da produção e dos principais produtos, bem como fatores determinantes para a sua localização.
Matriz de Novos Investimentos Industriais na Bahia 1992-2003	Avaliação da influência dos incentivos fiscais do Estado na melhoria da sua matriz produtiva.
Mercado de Trabalho nos Municípios da Bahia	Desenvolvimento de indicadores e elaboração do "Mapa do mercado de trabalho na Bahia: divisão territorial do trabalho em dimensão municipal e subsídios para políticas públicas".
Demografia para Políticas Públicas	Firmado acordo entre a SEI, Ufba/CRH, IBGE, Unfpa, CNPD e Abep para a instalação da Rede de Demografia e Políticas Públicas.
Base de Dados para a Avaliação do Projeto de Apoio Técnico Social (Pats)	Elaboração de uma base de dados para subsidiar o plano de monitoramento e avaliação do Programa Ribeira Azul.
Diagnóstico Socio-organizativo	Levantamento de dados secundários e elaboração de diagnóstico das macroáreas Bacia do Cobre e Pituagu em Salvador, e Malhado em Ilhéus para instrumentalizar o Plano Estratégico de Desenvolvimento Social do Programa Viver Melhor II.
Pesquisa de Orçamento Familiar	Divulgação dos dados do POF-Bahia para subsidiar o planejamento econômico do Estado.
Base Cartográfica Digitalizada Contínua do Estado da Bahia	Construção da Base Cartográfica Contínua e Uniforme da Bahia, em meio digital, transformando as informações já existentes e possibilitando uma constante estruturação de dados para o Estado.
Indicador de Desertificação	Identificação das áreas degradadas e susceptíveis à desertificação na Bahia e seus respectivos fatores de degradação.
Indicadores de Sustentabilidade Ambiental	Construção de indicadores que permitam a inserção da perspectiva de sustentabilidade ambiental nos processos de desenvolvimento no Estado.
Descentralização e Desempenho dos Serviços Públicos	Pesquisa realizada para a Food and Agriculture Organization of the United Nations – FAO, em 50 municípios do Nordeste e elaboração de relatório sobre "A relação entre as reformas de descentralização e o desempenho dos serviços públicos no~setor agropecuário".
Transporte Intermunicipal de Passageiros na RMS	Estudo realizado para a Agerba com o intuito de estimar o número de passageiros e estudantes que se deslocam diariamente entre os municípios da RMS.
Indicadores para o Programa Viva Nordeste	Elaboração de diagnóstico demográfico e socioeconômico da área de atuação do programa e proposição de indicadores para o acompanhamento das ações e políticas públicas implementadas.

Fonte: SEPLAN/SEI

Entre outros projetos especiais realizados no exercício de 2004, podem ser destacados dois, por sua estreita consonância com os objetivos de disseminar informações sobre a Bahia:

- Projeto de Disseminação de Informação – Tem como objetivo orientar as equipes gestoras e técnicas das secretarias para o melhor uso da vasta gama de dados e informações que se encontram disponíveis; e a
- Cooperação na organização do Seminário Rômulo Almeida – Evento promovido pela Universidade Federal da Bahia para marcar a passagem dos 90 anos de nascimento do economista baiano que foi um dos maiores nomes da área de planejamento no país.

ESTUDOS E FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Órgão vinculado à SEPLAN e responsável por promover estudos estratégicos voltados para a definição de diretrizes, políticas públicas e programas governamentais, a Superintendência de Planejamento Estratégico – SPE realizou, no exercício de 2004, diversas atividades voltadas para a compreensão da realidade estadual e para dar suporte à proposição de políticas públicas. Esse trabalho é feito em parceria com outras secretarias de governo, órgãos públicos e instituições privadas, levando em conta as diretrizes estabelecidas no Plano Estratégico Bahia 2020 – O Futuro a Gente Faz.

No âmbito das Políticas Regionais de Desenvolvimento e Gestão, o Plano Estratégico da Bahia identifica no esforço de descentralização do processo de planejamento e gestão uma importante alavanca para o desenvolvimento estadual. Nesse sentido, pretende-se dar início a um processo de fortalecimento das instâncias regionais de planejamento, conduzindo, em articulação com outras instituições comprometidas com os mesmos objetivos, um processo de sensibilização e mobilização de agentes/instituições municipais e regionais para a importância de formular e gerir estratégias regionais de desenvolvimento.

O processo poderá resultar na criação de uma institucionalidade gestora dessas estratégias, cujo perfil deverá ser definido pelos próprios agentes envolvidos. Inicialmente, trabalha-se na montagem de um plano de ação a ser executado na região polarizada por Juazeiro, em parceria com a Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR e a Universidade do Estado da Bahia – Uneb. Foram realizadas, para tanto, oficinas para nivelamento da equipe técnica, com a perspectiva de construção de um plano que oriente a deflagração do processo de mobilização dos agentes regionais.

O desenvolvimento de um Estado está na força de seus municípios. Essa foi a premissa do II Encontro de Prefeitos Eleitos da Bahia, realizado no Centro de Convenções no período de 30/11 a 3/12. Uma iniciativa do Governo do Estado que teve como objetivo apontar caminhos que levem a uma



II Encontro de Prefeitos Eleitos da Bahia

gestão social e fiscalmente responsável, em conformidade com as leis vigentes e em sintonia com os novos desafios da administração pública municipal. Em sua segunda edição, este foi o momento de dar boas-vindas aos novos gestores municipais, e, principalmente, promover o debate sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal e as Metas do Milênio criadas pela ONU, estabelecendo-as como um compromisso com os cidadãos e com a Bahia. A SEPLAN/SPE participou de todo o processo de concepção e realização do Encontro, em conjunto com a Flem, SECOMP e SEDUR.

Lançado no II Encontro de Prefeitos Eleitos, o prêmio Selo de Incentivo Municipal – SIM, visa contribuir para o desenvolvimento social do Estado, estimulando ações municipais que assegurem melhorias na qualidade de vida dos cidadãos. Baseia-se na cooperação entre o Governo do Estado e os municípios e no estabelecimento de

mecanismos de incentivo à realização de projetos sociais.

Em sintonia com as diretrizes do Plano Estratégico Bahia 2020 – O Futuro a Gente Faz, o SIM constitui-se em importante instrumento para o aprimoramento da gestão social dos municípios, facultando-lhes meios para elevar seus indicadores nas áreas de saúde, educação e renda, além de estimular os municípios na adoção dos princípios da responsabilidade fiscal e das práticas

para a melhoria da qualidade na aplicação dos recursos públicos.

Ainda com base nas diretrizes do Plano Estratégico Bahia 2020 – O Futuro a Gente Faz, a SPE desenvolveu, em 2004, atividades de planejamento que contemplaram estudos, análises, elaboração de termos de referência e assessoramento técnico com vistas à definição de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento econômico e social do Estado. Entre essas atividades, cabe destacar as discriminadas no Quadro 2.



QUADRO 2**ESTUDOS E POLÍTICAS PÚBLICAS
BAHIA, 2004**

ESTUDO/ATIVIDADE	CONTEÚDO
Situação dos Investimentos Industriais Previstos para a Bahia (2000–2003)	Permite que se conheça o grau de efetivação dos investimentos industriais previstos para o quadriênio.
Transformação Petroquímica na Bahia	Estudo em elaboração sobre os resultados do Programa Estadual de Desenvolvimento da Indústria de Transformação Plástica (Bahiaplast).
Plano de Desenvolvimento da Macrorregião de Salvador	Elaboração de plano de trabalho para subsidiar o Acordo de Cooperação Técnica com o grupo Adéfrance.
Programa de Desenvolvimento Regional do Baixo Sul – DIS	Ação conjunta do Governo do Estado da Bahia e da Fundação Odebrecht, com o propósito de apoiar a modernização da produção de mandioca e de pupunha, além da piscicultura, entre outras atividades, no Baixo Sul da Bahia.
Rede NÓS	Foram desenvolvidas ações voltadas para a organização da reunião que irá definir o Plano Estratégico da Rede NÓS, em parceria com o Banco Mundial e demais instituições do Nordeste integrantes da rede.
Metas do Milênio	Apresentação dirigida a técnicos convidados e representantes de instituições governamentais e não-governamentais que trabalham com os temas contemplados nessa agenda internacional.
Gestão da Rede de Cidades Estratégicas do Semi-Árido da Bahia	Elaboração de plano de trabalho visando à gestão das cidades estratégicas com o objetivo da descentralização das atividades socioeconômicas no Estado.
Promeso	Acompanhamento das ações do Programa de Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração Nacional, o qual está atuando na Mesorregião dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (Mesovales) e Mesorregião do Xingó.

Fonte: SEPLAN/SPE

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

O processo de planejamento orçamentário registrou novos e importantes avanços no exercício de 2004, não apenas consolidando as mudanças conceituais e metodológicas introduzidas pelo Plano Plurianual 2004–2007, como incorporando iniciativas e procedimentos inovadores, notadamente nos âmbitos das atividades orçamentárias e do compromisso governamental com a gestão responsável e a visibilidade do orçamento público.

Dentre as inovações, cabe ressaltar aquelas incorporadas à Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO (Lei 9.197/2004). Na elaboração do Anexo I, correspondente às metas prioritárias do exercício 2005, introduziu-se a meta impacto, visando a uma melhor qualificação das intervenções propostas e facilitando o processo de avaliação da ação governamental.

Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2005, buscou-se potencializar o alcance dos investimentos demandados para as diversas áreas e programas, mediante a adoção da estratégia de gestão compartilhada dos recursos públicos, objetivando minimizar os efeitos das vinculações de receita.

A proposta totalizou R\$ 14,9 bilhões, com base em projeções de crescimento do PIB nas esferas nacional e estadual, na expectativa de inflação de 7,28% e de uma produtividade fiscal de 1,5%. A estimativa do valor global da receita considerou as participações presumidas do orçamento fiscal (72,7%), da seguridade social (24,8%) e de investimentos das empresas (2,5%).

Em consonância com a política de prioridades governamentais de longo, médio e curto

prazos, a proposição assegurou, na sua composição, absoluto destaque à área social, objeto de um aporte de R\$ 7,9 bilhões, ou 54,9% do total dos orçamentos fiscal e da seguridade.

De forma transparente e nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/00), a proposta orçamentária para 2005 foi apresentada previamente em audiência pública na Assembléia Legislativa. O evento foi amplamente divulgado na imprensa e na internet, com o propósito de mobilizar a sociedade para a discussão. Posteriormente, um resumo executivo do documento foi disponibilizado na internet.

Em relação ao orçamento 2004, cabe destacar que o compromisso governamental com a gestão responsável levou a SEPLAN, em parceria com a SEFAZ, a intensificar os sistemas de controle na execução da despesa e da receita, objetivando o equilíbrio das contas públicas.

No segundo semestre, a SEPLAN deflagrou uma articulação interestadual com o objetivo de criar uma rede de dirigentes orçamentários

dos governos estaduais, concretizada em dezembro, no I Encontro de Orçamento dos Estados, realizado em Salvador, com representantes de 16 Estados e com a participação de cerca de 100 dirigentes e técnicos da área orçamentária, sob a liderança da Bahia.

O evento discutiu os temas "Vinculação de Receitas e Engessamento dos Orçamentos Estaduais" e "O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – Fundeb e o Impacto no Orçamento Estadual", além da aprovação de um documento-síntese encaminhado ao Fórum Nacional dos Secretários do Planejamento como subsídio à discussão desses temas.

A rede nacional de estudos passará a ter atuação efetiva e regular, oferecendo contribuições autorizadas para a análise de temas especializados, além da perspectiva de firmar posicionamentos comuns quanto às questões que sejam objeto de controvérsias e interpretações diferenciadas, inclusive aquelas relacionadas a procedimentos técnicos utilizados na elaboração de peças do planejamento orçamentário, a exemplo do PPA, LDO e LOA.



I Encontro de Orçamento dos Estados

Orçamento Cidadão

Iniciativa pioneira no país, em 2004 foi elaborada a metodologia e desenvolvidos os instrumentos do Orçamento Cidadão, que possibilitará a participação popular na elaboração da Proposta Orçamentária do Estado.

O Orçamento Cidadão já será posto em prática durante a elaboração da Proposta Orçamentária para o exercício de 2006.

Através da internet, do *call center* da Ouvidoria Geral do Estado ou dos Postos do Orçamento Cidadão instalados nos SACs, qualquer cidadão poderá oferecer sugestões para compor o Orçamento do Estado. Estas sugestões serão avaliadas, e caso se ajustem à disponibilidade de recursos, escala de prioridades e viabilidade técnica, poderão ser incorporados à Proposta Orçamentária a ser encaminhada à apreciação da Assembléia Legislativa.

Espera-se que esse novo canal de interlocução com a sociedade produza impactos significativos na qualidade do planejamento governamental, incorporando as expectativas da população à ação gerencial do Estado.

GESTÃO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS, PROGRAMAS E PROJETOS

A administração pública brasileira não tem, historicamente, tradição forte de monitorar e avaliar programas públicos. Durante anos, a produção de conhecimento técnico na busca da melhoria dos padrões de gerenciamento do setor público sempre esteve muito mais voltada para as atividades de formulação de programas do que para aquelas relacionadas à sua implementação e avaliação. Os sistemas de monitoramento existentes estiveram mais voltados para registrar processos e produtos que para avaliar resultados e impactos.

Dessa forma, a atuação da SEPLAN, através da Superintendência de Gestão e Avaliação – SGA, traduz a preocupação e o compromisso do Governo do Estado de buscar uma gestão racional

e responsável, capaz de maximizar os resultados da utilização dos escassos recursos públicos, o que significa uma gestão planejada, orientada para os resultados, com suas estratégias e ações sistematicamente monitoradas e avaliadas.

A construção de uma gestão eficaz passa, necessariamente, pelo suporte de um sistema de monitoramento preocupado não somente em registrar a execução das ações de governo, mas, principalmente, em fornecer elementos para a formação de juízo de valor, para uma avaliação efetiva e capaz de retroalimentar o processo de planejamento, possibilitando a correção de rumos e a otimização dos recursos.

A SGA trabalhou, ao longo do exercício de 2004, no sentido de ampliar e aprofundar suas ações, não apenas acompanhando as metas governamentais, como monitorando outros

itens de planejamento e implantando uma sistemática de monitoramento e avaliação de programas e projetos de governo.

A implementação do Monitoramento e Avaliação – M&A mostrou-se ferramenta essencial para a gestão de planos, programas e projetos governamentais, mas ainda demanda recursos humanos, informações confiáveis e tempestivas, articulação e comunicação institucional, além de boas práticas de planejamento.

Na área de formação foi realizado, em março de 2004, numa parceria com a Fundação Luís Eduardo Magalhães – Flem e com o Instituto Banco Mundial, o curso de Monitoramento e Avaliação para 44 técnicos das diversas secretarias estaduais.

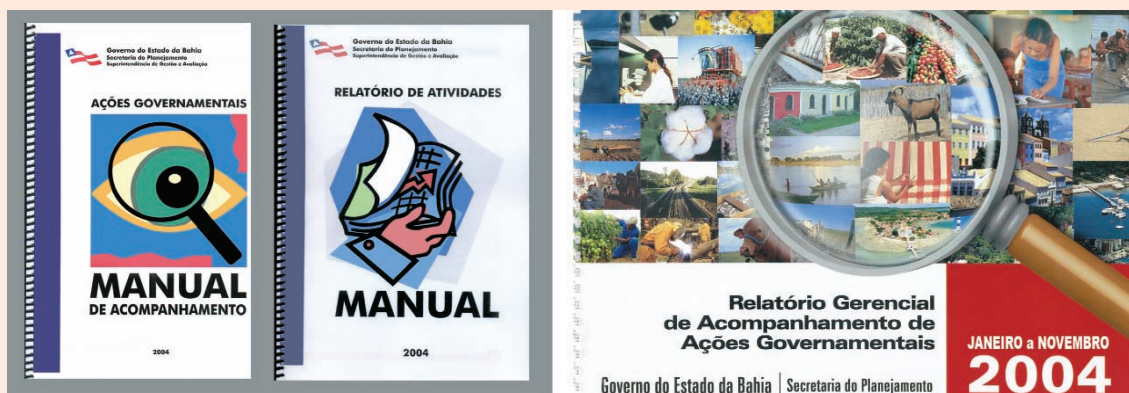
A inexistência de instrumentos de orientação e de normatização de procedimentos costuma constituir fator de dificuldade no diálogo entre parceiros de determinados projetos. Para evitar que esse tipo de problema, comum na administração pública, afetasse a política de acompanhamento sistemático das ações de governo, a Superintendência de Gestão e Avaliação decidiu investir na elaboração de instrumentos para orientar essas ações, entre

os quais cabe destacar o Manual de Acompanhamento e o Manual do Relatório de Atividades 2004, que estão disponibilizados na internet, no *site* da SEPLAN, para utilização por todas as secretarias e seccionais.

O Manual de Acompanhamento veio suprir uma demanda antiga da comunidade de planejamento do Estado e apresenta, em linguagem acessível, a operacionalização do Módulo de Acompanhamento do Siplan, fazendo uma leitura lógico-conceitual, expondo os procedimentos relativos ao acompanhamento físico-financeiro das metas governamentais e apresentando um glossário com os principais conceitos de M & A.

O Manual do Relatório de Atividades 2004 teve como objetivo orientar os trabalhos de elaboração do Relatório Anual de Atividades do Governo do Estado, procurando, de modo simplificado, definir e fornecer os procedimentos, elementos e prazos necessários para a construção do relatório.

Visando atingir a produção de informações confiáveis e tempestivas, a SGA trabalhou ao longo de 2004 no aprimoramento do Módulo de Acompanhamento do Siplan.



Como iniciativa para o fortalecimento da articulação e comunicação institucional e da operacionalização adequada do ciclo do planejamento, a SGA realizou um ciclo de visitas técnicas a todas as secretarias do Estado, discutindo as suas especificidades, com vistas à construção de metodologias de gestão estratégica integrada, voltadas para o desenvolvimento de mecanismos que possibilitem o aumento da aderência entre a formulação, a implementação, o monitoramento, a avaliação e a retroalimentação dos instrumentos do planejamento.

Para que uma sistemática de avaliação seja implementada, é necessário que exista um programa, projeto ou atividade coerentemente desenhado. Sem esse pré-requisito, não há um objeto a ser avaliado e a avaliação passa a ser um exercício vazio. Uma das prioridades da SEPLAN é estimular as boas práticas de planejamento na administração pública, implementar e disseminar sistemáticas de monitoramento e avaliação e desenvolver um modelo de gestão próprio para a função planejamento.

Em 2004, investiu-se na produção de Relatórios Gerenciais de Acompanhamento das ações governamentais. Os Anexos de 1 a 4 apresentam a execução dos investimentos por função, secretaria, PPA e eixos de desenvolvimento, que foram monitorados ao longo do exercício de 2004.

A SEPLAN/SGA está desenvolvendo, com o apoio da Fundação Luís Eduardo Magalhães, uma Sistemática de Monitoramento e Avaliação das políticas, programas e projetos governamentais. Esse trabalho envolve a formação e capacitação de equipes para a elaboração e uso de instrumentos e processos de M&A.

A metodologia de construção dessa sistemática foi iniciada com a seleção de dois projetos especiais – o Cabra Forte e o + Vida –, que funcionarão como pilotos. O trabalho envolve a formação de equipe matricial, com representantes das secretarias envolvidas nos projetos; a elaboração do Modelo Lógico de Gestão dos projetos; a criação e validação dos instrumentos de M & A; a elaboração do relatório de avaliação dos projetos; a produção de manuais e procedimentos gerais; e, por fim, a disseminação da sistemática para a aplicação nos projetos, programas e políticas governamentais. No exercício de 2004, foram elaborados os Modelos Lógicos dos Projetos, estando em andamento o processo de construção e validação dos instrumentos de monitoramento e avaliação.

O Governo da Bahia deu início, no exercício de 2004, ao controle sistemático e atualização do Plano Plurianual 2004–2007, com base nos dados da execução orçamentária, contemplando os ajustes e a criação de novas ações e metas. Por outro lado, está sendo elaborada uma metodologia específica para Monitoramento e Avaliação do PPA, visando permitir o acompanhamento das modificações ocorridas ao longo da implementação do Plano, bem como o acompanhamento das realizações físico-financeiras por regiões e, principalmente, a verificação e avaliação dos resultados alcançados, a partir dos indicadores estabelecidos. Essa ação será realizada conjuntamente com as demais secretarias e órgãos de governo e permitirá o aprimoramento do conjunto dos indicadores estabelecidos para a avaliação dos programas do Plano Plurianual, além de fornecer elementos para a formulação do Projeto de Lei de revisão do PPA.

COOPERAÇÃO TÉCNICA

O principal destaque dessa área em 2004 foi a realização, no mês de julho, do "Seminário de Cooperação Técnica Internacional – Perspectivas, Atores e Oportunidades para a Bahia", que contou com a participação de importantes instituições e organismos nacionais e estrangeiros da área de relações internacionais. O evento foi de grande importância para a Bahia, tendo contribuído para ampliar as possibilidades de cooperação técnica para o Estado.

O seminário discutiu dois temas básicos e de importância significativa. O primeiro foi o "Panorama da Cooperação Técnica no Brasil: Perspectivas e Tendências", que contou com a participação de representantes de importantes instituições, como a Agência Brasileira de Cooperação – ABC; a Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura – Unesco; o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – Pnud e o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento – Bird.

O segundo tema foi "A apresentação de potenciais fontes de apoio externo para a Bahia", que contou com a participação da Sociedade Alemã de Cooperação Técnica – GTZ; da Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional – Cida; do Departamento para o Desenvolvimento Internacional – FID e da Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional – Usaid, juntamente com as Embaixadas da França e da Espanha.

O Seminário de Cooperação Técnica Internacional é uma das ações integrantes do Acordo de Cooperação Técnica firmado entre o Governo do Estado da Bahia, através da

Secretaria do Planejamento, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – Unesco e a Fundação Luís Eduardo Magalhães – Flem, visando à realização de ações conjuntas nas áreas de governança e cidadania; políticas públicas para a inclusão social; planejamento e desenvolvimento regional; planejamento estratégico, gestão e sistematização de programas de governo; cultura e desenvolvimento. Já está sendo discutida a renovação desse acordo, que tinha vigência prevista até 31 de dezembro de 2004.

Foi assinado em dezembro um Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da Bahia, através das Secretarias do Planejamento e da Infra-estrutura, a Fundação Luís Eduardo Magalhães e a Adéfrance – Groupement des Aménageurs et Développeurs en France, visando ao intercâmbio de conhecimento especializado e experiências inovadoras em desenvolvimento regional e urbano e em elementos de infra-estrutura de transportes, especialmente nas áreas consideradas prioritárias para o desenvolvimento baiano pelo Programa Estadual de Logística de Transporte – Pelt.

O Estado da Bahia receberá cerca de 300 mil euros, através do Fundo de Estudos de Viabilidade – FEV, Modalidade Pública, destinados ao financiamento de Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental para implementação de projeto de implantação de equipamentos de integração logística (Plataforma Logística Multimodal de Transportes e/ou Centro de Integração Logística) nas cidades de Salvador e Feira de Santana. A obtenção desses recursos foi resultado de negociações conduzidas pelo Governo do Estado junto ao governo da Espanha.

SISTEMAS INFORMATIZADOS DE INFORMAÇÕES

Modernização do Siplan

Foram realizadas, no exercício de 2004, ações voltadas para a modernização do Sistema Informatizado de Planejamento – Siplan, que foi objeto de análises técnicas e investimentos tecnológicos visando adequá-lo às novas demandas surgidas no período. A principal intervenção teve o objetivo de viabilizar tecnicamente o processo de atualização sistemática do Plano Plurianual, de acordo com o que dispõe a Lei nº 8.885/2003.

As modificações e adaptações no Siplan tiveram início no segundo semestre de 2004 e os trabalhos incluem a incorporação de sistemas de dados específicos para viabilizar, a partir do primeiro trimestre de 2005, a consulta pela sociedade através da internet.

Ainda na esfera do Siplan, merecem destaque as gestões realizadas com o objetivo de cumprir as etapas de pré-especificação e elaboração do novo Sistema de Gestão Integrada de Planejamento e Finanças, que a partir de 2006 deverá substituir os sistemas atualmente utilizados – o próprio Siplan e o Sistema de Informações Contábeis e Financeiras – Sicof.

As informações pertinentes à atividade de acompanhamento – relativas ao planejamento, orçamento, programação e execução orçamentária – são extraídas de dois sistemas corporativos, que são o Siplan e o Sicof. O módulo de acompanhamento do Siplan sofreu, ao longo do ano, uma série de alterações com o objetivo de prover a SGA das informações necessárias ao desenvolvimento do seu trabalho.

Entre essas alterações, cumpre ressaltar a inclusão de novas funcionalidades, que estão permitindo uma maior agilidade na disponibilização de informações por parte das setoriais, a alteração em telas que passaram a fornecer dados até então só obtidos através de relatórios, além da definição de novos relatórios, inclusive gerenciais, que subsidiarão integralmente as atividades de acompanhamento, reduzindo a utilização de *softwares* de apoio.

SIG Bahia – Sistema de Informações Gerenciais

Em funcionamento há seis anos, o Sistema de Informações Gerenciais do Estado da Bahia – SIG-Bahia, que tem o objetivo de disponibilizar informações gerenciais para os principais níveis da administração pública estadual, encerrou o ano com o lançamento de duas versões na tecnologia cliente-servidor e com a migração de 90% do seu conteúdo para a Web. O SIG-Bahia Web disponibilizou, em caráter experimental, os módulos Financeiro, Programas de Governo, Obras e Pessoal. Este terceiro lançamento permite que o usuário acesse o sistema de qualquer lugar que possua um computador ligado à internet.

Outro trabalho importante desenvolvido no âmbito do SIG-Bahia em 2004 foi a implantação da estrutura de administração de dados da SEPLAN, feita com a consultoria da Companhia de Processamento de Dados da Bahia – Prodeb, que também capacitou servidores em técnicas de modelagem de dados e na ferramenta *Oracle Designer*. Além disso, o SIG-Bahia teve sua base de dados revisada e atualizada, gerando um diagnóstico específico, que vai subsidiar a elaboração de um plano de ações para melhoria contínua do sistema.

ANEXO 1

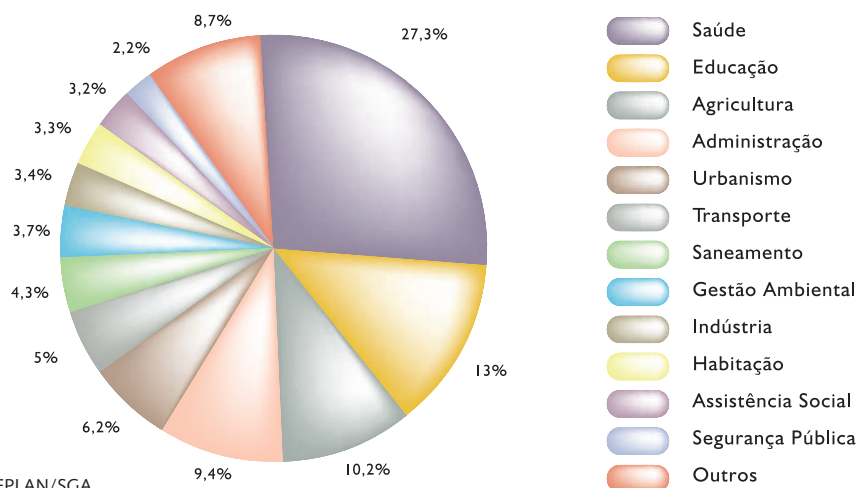
**ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DOS INVESTIMENTOS POR FUNÇÃO
BAHIA, 2004**

FUNÇÃO	FONTE (EM R\$ 1.000,00)		TOTAL* (EM R\$ 1.000,00)	PARTICIPAÇÃO %
	TESOURO	OUTRAS FONTES		
Saúde	384.079	212.768	596.847	27,3
Educação	270.030	14.007	284.037	13,0
Agricultura	219.099	4.891	223.990	10,2
Administração	204.508	2.389	206.897	9,4
Urbanismo	80.845	55.429	136.274	6,2
Transporte	91.618	18.886	110.504	5,0
Saneamento	88.203	6.913	95.116	4,3
Gestão Ambiental	62.722	17.261	79.983	3,7
Segurança Pública	14.934	60.332	75.266	3,4
Indústria	26.776	44.674	71.450	3,3
Habitação	69.057	1.692	70.749	3,2
Assistência Social	15.136	32.716	47.852	2,2
Direitos da Cidadania	33.186	4.241	37.427	1,7
Comércio e Serviços	29.085	5.369	34.454	1,6
Ciência e Tecnologia	28.223	3.669	31.892	1,5
Energia	29.407	-	29.407	1,3
Trabalho	24.369	564	24.933	1,1
Cultura	11.362	9.754	21.116	1,0
Desporto e Lazer	770	5.247	6.017	0,3
Organização Agrária	1.451	1.969	3.420	0,2
Comunicações	1.866	-	1.866	0,1
Essencial à Justiça	371	-	371	-
Previdência Social	7	-	7	-
TOTAL	1.687.104	502.771	2.189.875	100,0

Fonte: ICF. Elaboração: SEPLAN/SGA

* Não inclui as despesas de pessoal e custeio.

**INVESTIMENTOS EXECUTADOS POR FUNÇÃO
BAHIA, 2004**



Fonte: ICF.
Elaboração: SEPLAN/SGA

ANEXO 2

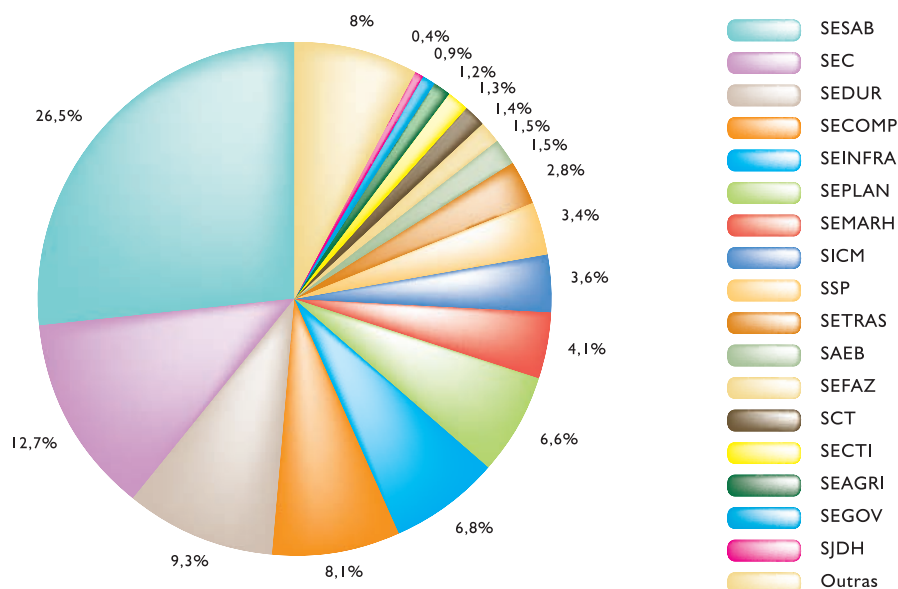
ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DOS INVESTIMENTOS POR SECRETARIA BAHIA, 2004

SECRETARIA	FONTE (EM R\$ 1.000,00)		TOTAL* (EM R\$ 1.000,00)	PARTICIPAÇÃO %
	TESOURO	OUTRAS FONTES		
Secretaria da Saúde – SESAB	366.513	212.769	579.282	26,4
Secretaria da Educação – SEC	264.515	14.007	278.522	12,7
Secretaria de Desenvolvimento Urbano – SEDUR	140.500	62.316	202.816	9,3
Secretaria de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais – SECOMP	178.340	-	178.340	8,1
Secretaria de Infra-Estrutura – SEINFRA	129.550	20.170	149.720	6,8
Secretaria do Planejamento – SEPLAN	139.992	3.872	143.864	6,6
Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMARH	72.015	17.260	89.275	4,1
Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração – SICM	31.956	46.748	78.704	3,6
Secretaria da Segurança Pública – SSP	14.934	60.332	75.266	3,4
Secretaria do Trabalho e Ação Social – SETRAS	20.829	39.441	60.270	2,8
Secretaria da Fazenda – SEFAZ	33.657	-	33.657	1,5
Secretaria da Administração – SAEB	31.809	-	31.809	1,5
Secretaria da Cultura e Turismo – SCT	18.454	12.309	30.763	1,4
Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação – SECTI	25.044	3.670	28.714	1,3
Secretaria da Agricultura Irrigação e Reforma Agrária – SEAGRI	20.320	5.636	25.956	1,2
Secretaria de Governo – SEGOV	20.197	-	20.197	0,9
Secretaria da Justiça e Direitos Humanos – SJDH	3.872	4.241	8.113	0,4
Procuradoria Geral do Estado – PGE	371	-	371	-
Encargos Gerais do Estado – EGERAIS	174.236	-	174.236	8,0
TOTAL	1.687.104	502.771	2.189.875	100,0

Fonte: ICF. Elaboração: SEPLAN/SGA

* Não inclui as despesas de pessoal e custeio.

INVESTIMENTOS EXECUTADOS POR SECRETARIA – EM R\$ 1.000,00 BAHIA, 2004



Fonte: ICF.

Elaboração: SEPLAN/SGA

ANEXO 3

PPA – ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DOS INVESTIMENTOS
BAHIA, 2004

ESTRATÉGIA/LINHA DE INTERVENÇÃO/PROGRAMA	FONTE (EM R\$ 1.000,00)		TOTAL (EM R\$ 1.000,00)	PARTICIPAÇÃO %
	TESOURO	OUTRAS FONTES		
BAHIA DE TODA GENTE	946.824	375.815	1.322.639	60,4
Assistência Social	59.528	32.386	91.914	4,2
Bahia Urgente: Políticas Assistenciais, Compensatórias e Emergenciais	59.528	32.386	91.914	4,2
Qualidade de Vida e Promoção da Cidadania	867.071	274.553	1.141.624	52,1
Educação para Todos: Universalização da Educação Básica	145.380	128	145.508	6,6
Mais Saúde: Universalização e Qualidade dos Serviços de Saúde	269.448	193.289	462.737	21,1
Saneamento é Vida: Ampliação e Qualidade dos Serviços	142.484	6.913	149.397	6,8
Energia e Comunicação para Todos	30.407	-	30.407	1,4
Viver Melhor: Acesso e Melhoria Habitacional Urbana e Rural	151.148	52.285	203.433	9,3
Bahia Igual para Todos: Acesso à Justiça e à Cidadania	1.205	987	2.192	0,1
Educação Nota 10: Qualidade da Educação	123.425	10.129	133.554	6,1
Dinamização da Cultura e Difusão do Esporte e Lazer	3.574	10.822	14.396	0,7
Amparo e Defesa do Cidadão	20.225	68.876	89.101	4,1
Bahia Alerta: Defesa Civil	412	999	1.411	0,1
Bahia em Paz: Prevenção e Combate à Criminalidade	18.953	61.284	80.237	3,7
Humanização do Trânsito	860	6.593	7.453	0,3
BAHIA QUE FAZ	459.629	74.594	534.223	24,4
Internacionalização da Bahia	9.459	-	9.459	0,4
Fluxo de Bens e Serviços e Fortalecimento das Empresas e Produtos	9.459	-	9.459	0,4
Adensamento da Matriz Econômica e Fortalecimento Tecnológico	174.495	55.655	230.150	10,5
Cadeias Produtivas	143.092	48.058	191.150	8,7
Ciência, Tecnologia e Inovação	31.403	7.597	39.000	1,8
Inclusão Socioeconômica	258.415	18.936	277.351	12,7
Gerando Negócios: Apoio ao Trabalhador e a Micro, Pequeno e Médio Empreendimentos	195.240	2.130	197.370	9,0
Frutos da Terra: Agroinvestimentos	55.480	11.663	67.143	3,1
Terra para Plantar: Reforma Agrária	1.451	1.969	3.420	0,2
Organizando a Produção: Produtividade e Competitividade	6.244	3.174	9.418	0,4
Atração e Fomento Empresarial	17.260	3	17.263	0,8
Atrativos do Desenvolvimento: Políticas de Incentivo e Atração de Investimentos	17.260	3	17.263	0,8
RIQUEZAS DA BOA TERRA	22.986	12.144	35.130	1,6
Recuperação dos Recursos Degradados	419	-	419	-

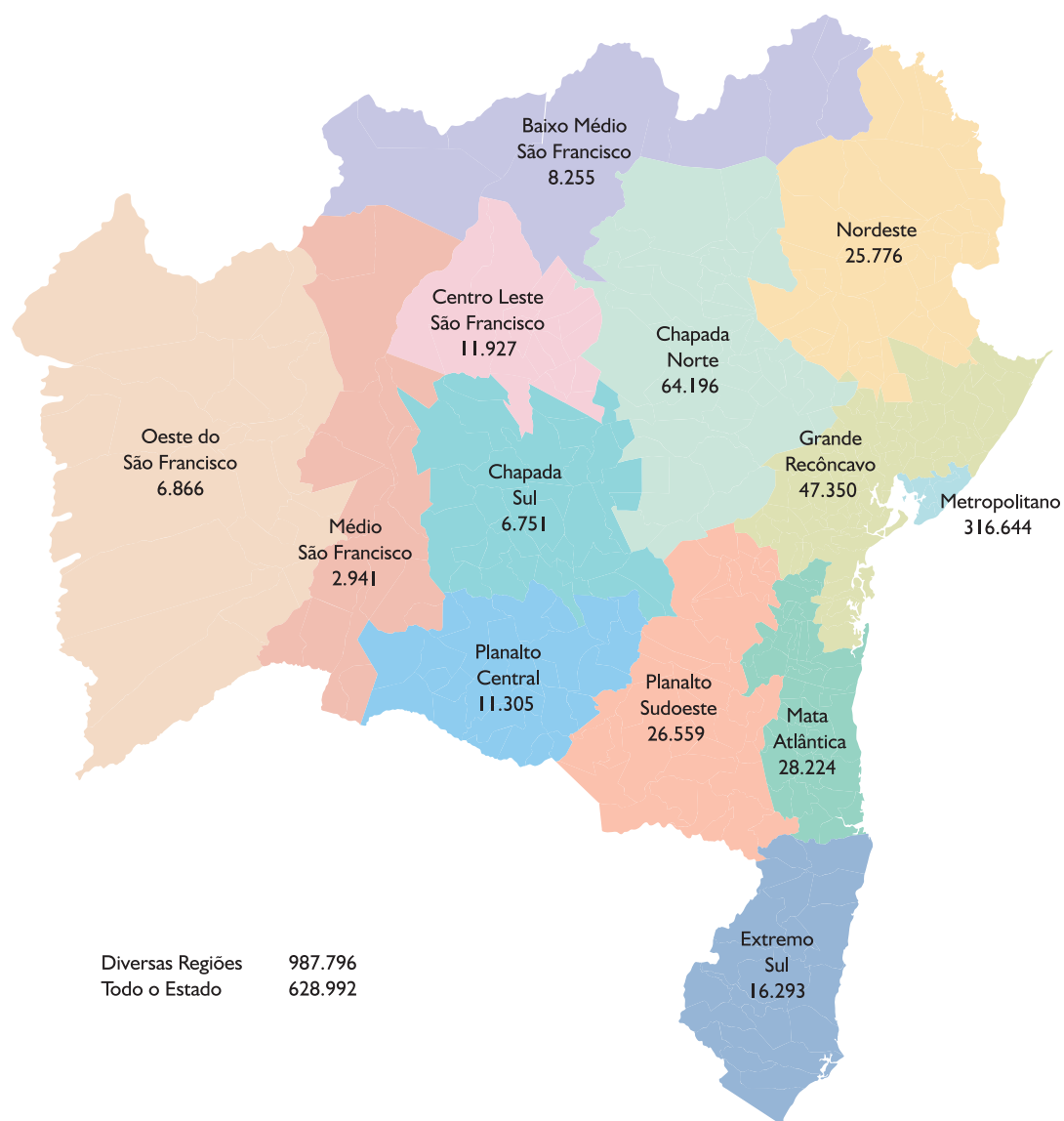
Continua

conclusão Anexo 3

ESTRATÉGIA/LINHA DE INTERVENÇÃO/PROGRAMA	FONTE (EM R\$ 1.000,00)		TOTAL (EM R\$ 1.000,00)	PARTICIPAÇÃO %
	TESOURO	OUTRAS FONTES		
Reviver Nossas Águas e Renascer Nossa Terra: Recursos Naturais	419	-	419	-
Uso Sustentável dos Recursos Naturais e Culturais	21.989	12.141	34.130	1,6
De Olho na Natureza: Gestão dos Recursos Ambientais, Fomento a Tecnologias Limpas, Normatização e Procedimentos	16.990	3.125	20.115	0,9
Preservando Nossa História: Patrimônio Histórico e Cultural	4.999	9.016	14.015	0,6
Educação Ambiental	578	3	581	-
Consciência Ambiental	578	3	581	-
CAMINHOS DA BAHIA: INFRA-ESTRUTURA E LOGÍSTICA	91.619	13.782	105.401	4,8
Articulação Logística Interna e em Escala Internacional	91.619	13.782	105.401	4,8
Portas da Bahia: Fortalecimento de Portos, Retroportos e Aeroportos	-	-	-	-
Construindo Caminhos: A Intermodalidade	91.619	13.782	105.401	4,8
Reestruturação da Matriz Energética	-	-	-	-
Diversificação e Articulação da Matriz Energética	-	-	-	-
GESTÃO SOLIDÁRIA E GOVERNO COMPETENTE	166.046	26.436	192.482	8,8
Gestão Compartilhada	54.407	19.192	73.599	3,4
Avaliação Constante: Um Monitoramento de Qualidade	2.554	1.099	3.653	0,2
Promoção de Parcerias: Compromisso de Todos	9.494	-	9.494	0,4
Modelos de Gestão Pública: Descentralização e Fomento à Capacidade Local de Gestão	42.359	18.093	60.452	2,8
Qualidade na Prestação dos Serviços Públicos	81.106	3.227	84.333	3,8
Atendimento ao Cidadão: Foco na Qualidade	25.702	420	26.122	1,2
Regulação de Serviços Públicos	6.221	987	7.208	0,3
Modernização e Ampliação dos Serviços Públicos	48.812	1.820	50.632	2,3
Advocacia do Estado	371	-	371	-
Qualificação e Valorização do Servidor	3.358	-	3.358	0,2
Formação, Profissionalização e Atendimento ao Servidor	3.358	-	3.358	0,2
Produção de Informação e Conhecimento	26.268	4.017	30.285	1,4
Produzindo Conhecimento	26.268	4.017	30.285	1,4
Planejamento e Articulação do Desenvolvimento	907	-	907	-
Desenvolvimento Regional	907	-	907	-
TOTAL	1.687.104	502.771	2.189.875	100,0

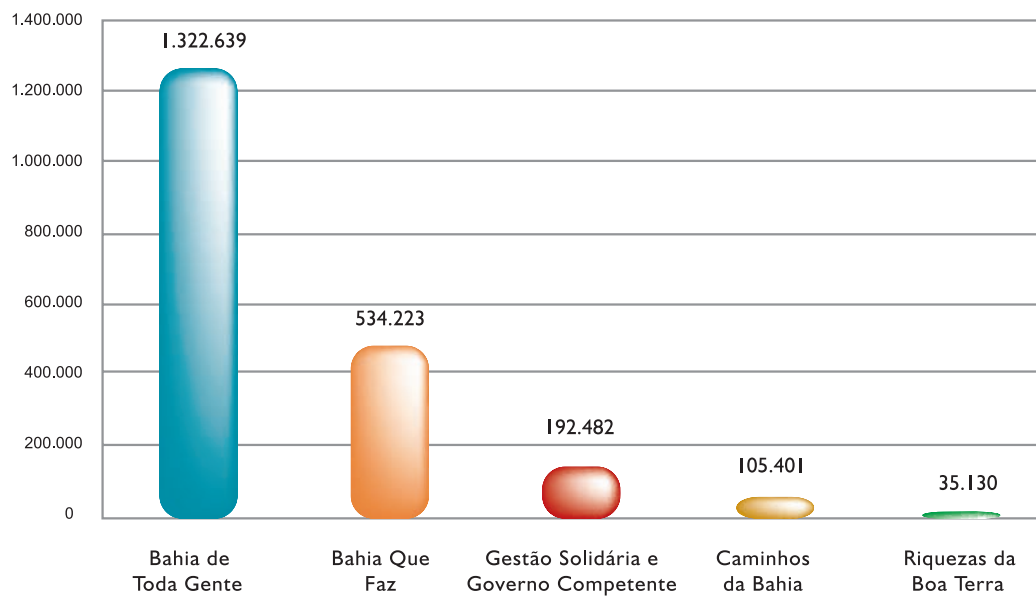
Fonte: ICF. Elaboração: SEPLAN/SGA

ANEXO 4

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DOS INVESTIMENTOS POR EIXO DE DESENVOLVIMENTO
BAHIA, 2004

Fonte: ICF. Elaboração: SEPLAN/SGA

**INVESTIMENTOS EXECUTADOS POR ESTRATÉGIA – EM R\$ 1.000,00
BAHIA, 2004**



Fonte: ICF. Elaboração: SEPLAN/SGA